



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo 11, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Julho/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 Os princípios éticos são normas de comportamento social, e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias. Como normas de comportamento humano, os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras

5 do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas. Ao contrário do que sustentaram grandes pensadores, como Hobbes, Leibniz e Espinosa, a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico (ordine geometrico demonstrata). As normas éticas tampouco

10 podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação, como se se tratasse de leis zoológicas. Durante boa parte do século XIX, alguns pensadores, impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção

15 de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza, sucumbiram à tentação de explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas.

Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando

20 constantemente as previsões “científicas”. Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação. Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder de-

25 envolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica. Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana. Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condi-

30 cionantes da vida social como seus princípios diretivos.

(Adaptado de COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 494-5)

OBS.: Hobbes (1588-1679), Leibniz (1646-1717), Espinosa (1632- 1677) – filósofos

ordine geometrico demonstrata – em tradução livre, “demonstrado segundo a ordem geométrica”

1. No primeiro parágrafo, o autor
 - (A) atribui à filosofia a responsabilidade pelo fato de a ética ser entendida sob perspectivas díspares, entre elas, a da geometria.
 - (B) faz um inventário de como a ética foi concebida no século XIX, para, ao fim, referendar o ponto de vista oferecido pelo determinismo.
 - (C) argumenta em defesa da imutabilidade das normas éticas, por considerá-las produtoras de sistema mais coeso e coerente que muitos outros, o matemático, por exemplo.
 - (D) tematiza a variabilidade da compreensão da ética em certos filósofos, e alude a sua própria idéia sobre o assunto, erigida em consonância com as convergências entre ele e esses pensadores.
 - (E) apresenta sua compreensão da ética e, para mais bem caracterizá-la, vale-se prioritamente de argumentos embasados no contraste.

2. No contexto, a frase do primeiro parágrafo que expressa uma causa é:
 - (A) (linhas 13 a 15) *impressionados pelo extraordinário progresso alcançado no campo das ciências exatas, com a produção de certeza e previsibilidade no conhecimento dos dados da natureza.*
 - (B) (linhas 3 a 5) *os princípios éticos distinguem-se nitidamente não só das regras do raciocínio matemático, mas também das leis naturais ou biológicas.*
 - (C) (linhas 7 a 9) *a vida ética não pode ser interpretada segundo o método geométrico* (ordine geometrico demonstrata).
 - (D) (linhas 9 a 11) *As normas éticas tampouco podem ser reduzidas a enunciados científicos, fundados na observação e na experimentação.*
 - (E) (linha 2) *e não simples ideais de vida, ou premissas doutrinárias.*

3. É correto afirmar:
 - (A) (linha 12) *século XIX*, de acordo com a norma padrão, deve ser escrito por extenso por meio do numeral cardinal “dezenove”, assim como deve ocorrer com “século VIII”.
 - (B) (linha 12) em *Durante boa parte do século XIX*, o adjetivo exprime juízo de valor atribuído aos anos em que ocorreram os fatos mais significativos para a história do pensamento.
 - (C) (linha 9) o uso de *tampouco* denota que a seqüência estabelecida na argumentação institui uma hierarquia, na qual os enunciados científicos são considerados os mais desprestigiados.
 - (D) (linha 6) o segmento *Ao contrário do que* pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original e da correção, por “Contrariamente ao que”.
 - (E) (linhas 4 e 5) a correlação notada na segunda frase do texto é estabelecida por meio das expressões *não só e mas também*, e exprime idéia de alternância.

<p>4. <i>Ora, por mais que se queira eliminar a liberdade do mundo humano, ela teima em aparecer, desafiando constantemente as previsões “científicas”.</i></p> <p>Considerada a frase acima, em seu contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A conjunção <i>Ora</i> estabelece com a frase anterior relação de mera adição, equivalendo a “além disso”.</p> <p>(B) A locução verbal <i>queira eliminar</i> expressa um fato considerado em sua efetiva realização.</p> <p>(C) A expressão <i>por mais que se queira</i> pode ser substituída por “ainda que se deseje e se insista em”, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical.</p> <p>(D) A forma verbal <i>desafiando</i> expressa noção de “tempo”.</p> <p>(E) A expressão <i>previsão “científica”</i> é formada por palavras que se excluem mutuamente, o que justifica o emprego das aspas para indicar que deve ser entendida em sentido figurado.</p>	<p>7. <i>Vencer tais limitações tem sido um desafio constante lançado à espécie humana.</i></p> <p>A frase acima, em seu contexto, abona a seguinte assertiva:</p> <p>(A) <i>Vencer</i> constitui emprego do infinitivo como substantivo, emprego também exemplificado por “Recordar é viver”, que equivale a “A recordação é vida”.</p> <p>(B) o pronome <i>tais</i> introduz idéia de indeterminação, para que se compreenda que o citado desafio está relacionado a qualquer que seja a limitação imposta à espécie humana.</p> <p>(C) a palavra <i>limites</i>, cognata de <i>limitações</i> (linha 25), foi empregada sem a noção de “cerceamento” notada no uso desta última.</p> <p>(D) o emprego de <i>tem sido</i> constitui um deslize do autor, pois, de acordo com a norma padrão, a forma correta a ser empregada é “têm sido”.</p> <p>(E) o sinal indicativo da crase está usado em conformidade com a norma padrão, assim como o está em “lançado à qualquer que seja o ser humano”.</p>
<p>5. <i>Somos o único ser que combina, em sua vida social, a necessidade física e biológica com os deveres éticos, a sujeição aos fatos naturais com a autonomia de ação.</i></p> <p>Afirma-se com correção, considerada a frase acima, em seu contexto:</p> <p>(A) O emprego de <i>Somos</i> produz generalização, mas relativa, pois o argumento produzido não chega a abarcar a totalidade da condição humana.</p> <p>(B) No segmento <i>Somos o único ser que combina</i>, uma vírgula colocada depois de <i>ser</i> manteria o sentido original e a correção da frase.</p> <p>(C) Explica-se cabalmente o paralelismo estabelecido na frase deste modo: <i>a necessidade física e biológica está para os deveres éticos</i>, assim como <i>a sujeição está para a ação</i>.</p> <p>(D) A frase, estruturada em torno dos verbos <i>Somos e combina</i>, expressa o descolamento do ser em relação à coercitividade do universo natural.</p> <p>(E) O fragmento <i>Somos o único ser que combina</i> pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “Somos um ser que combina, por excelência”.</p>	<p>8. <i>Mas nem por isso devemos tomar esses fatores condicionantes da vida social como seus princípios diretivos.</i></p> <p>A alternativa que apresenta, de maneira clara e correta, o modo como a frase acima deve ser entendida, no seu contexto, é:</p> <p>(A) Entretanto isso não condiz, visto que não devemos considerar esses itens disciplinadores da vida social em seus princípios constitutivos.</p> <p>(B) Tratam-se, todavia, de fatores que, apesar de serem considerados limitando, não devem ser tidos como inibidores do desenvolvimento social, em princípio.</p> <p>(C) Contudo, isso não justifica que tais elementos que influenciam a vida social sejam concebidos como predeterminantes dos rumos que ela venha a tomar.</p> <p>(D) Mas é o caso de se deixar de lado que os fatores sejam condicionantes da sociedade, pelo fato de constituir princípios de direção.</p> <p>(E) Porém, esses fatores não basta para que se deva tomá-los como idéias norteadoras da vida em sociedade, sendo mesmo fatores que condicionam.</p>
<p>6. <i>Como é passível de comprovação, em toda sociedade o ideário e as estruturas de poder desenvolvem-se dentro dos limites postos por determinados fatores básicos, como o patrimônio genético, o meio geográfico ou o estado da técnica.</i></p> <p>Observada a frase acima, e sempre considerando o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>Como é passível de comprovação</i>, a conjunção introduz um dos termos de uma relação comparativa.</p> <p>(B) O adjetivo <i>passível</i> está empregado em respeito à norma padrão da Língua Portuguesa, assim como o está em “Eram depoimentos realmente passível de contestação”.</p> <p>(C) A expressão <i>em toda sociedade</i> pode ser substituída por “na sociedade como um todo”.</p> <p>(D) O emprego de <i>determinados</i> contribui para a expressão da idéia de que o homem, por meio de sua ação, pode relativizar exclusivamente as forças exteriores que o cerceiam.</p> <p>(E) Em <i>como o patrimônio genético</i>, o termo destacado equivale a “a exemplo de”.</p>	<p>9. A expressão do texto que está corretamente entendida é:</p> <p>(A) <i>premissas doutrinárias</i> – verdades conclusivas de um conjunto de conhecimentos ou crenças.</p> <p>(B) <i>sucumbiram à tentação de explicar</i> – renderam-se às evidências de que era errôneo explicar.</p> <p>(C) <i>explicar a vida humana segundo parâmetros deterministas</i> – justificar o nascimento da espécie tomando como paradigma o fatalismo.</p> <p>(D) <i>passível de comprovação</i> – suscetível de ter sua validade atestada.</p> <p>(E) <i>tem sido um desafio constante lançado à espécie humana</i> – surge intermitentemente como chamamento à ação humana como espécie.</p>

10. Considere as assertivas abaixo.
- I. O autor entende a Ética como o campo de conhecimento metafísico que, baseado nas finalidades últimas, ideais e transcendentais da ação humana, busca estabelecer as leis que garantam a perfectibilidade da organização social.
- II. O autor entende que o homem é dotado de capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os múltiplos condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais que impõem predisposições ao seu agir.
- III. A referência a Hobbes, Leibniz e Espinosa e a citação de uma expressão em latim são elementos do discurso que revelam a seguinte intencionalidade do autor: realizar recorte excludente no potencial grupo de leitores, baseado na especialidade profissional.
- O texto abona SOMENTE
- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) I e II.
 (E) II e III.

Instruções: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 *Senhores:*

Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

- 5 *os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.*
- 10 *Não é preciso definir esta instituição. Iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova e naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda a casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo de suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai a vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam também aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão.*

(ASSIS, Machado. Discurso inaugural, na Academia Brasileira, aos 20 dias do mês de julho de 1897. **Obra completa**, vol.III, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p.926)

11. No discurso, Machado de Assis
- (A) interpreta, assumindo atitude despreziosa, que a escolha de seus pares não foi determinada pela consideração de dotes intelectuais.
- (B) modestamente atribui a investidura no cargo de presidente a um gesto de reconhecimento por sua ação de ter sugerido, no Brasil, a formação de uma Academia de Letras.
- (C) afirma taxativamente que *Não é preciso definir esta instituição*, por isso, sem oferecer traço caracterizador da Academia, se restringe a tratar das responsabilidades dos colegas.
- (D) entende como simbólica sua escolha como presidente da Academia Brasileira de Letras, visto considerá-la, indiretamente, distinção por seu estatuto de escritor consagrado.
- (E) sustenta, lucidamente, que o bom desempenho de determinadas funções intelectuais é inerente à experiência acumulada na idade madura.

12. O texto abona a idéia de que Machado de Assis

- (A) atribuía a manutenção da brasilidade, tanto nas manifestações literárias, como na vida política da nação, à ação popular regulada pela vigilância da Academia.
- (B) concebia como tarefa dos acadêmicos a preservação da unidade literária no contexto da diversidade representada pelas divisões administrativas que formavam a nação brasileira.
- (C) compreendia a Academia Francesa como modelo de resistência àquelas inovações que, por degradarem a tradição, constituíam acontecimentos letais para a nação e sua literatura.
- (D) imputava a seus colegas da academia a utopia de preservar a independência da literatura, anseio que implicava uma adesão popular que ele não julgava possível.
- (E) depositava na Academia Brasileira, por semelhança com a Francesa, a esperança de constituir-se um baluarte da ordem em agitações de castas em luta por mudanças sociais.

13. A relação estabelecida entre os segmentos indicados está corretamente apontada, na devida ordem, em:

- (A) *Investindo-me no cargo de presidente / quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração da idade* – finalidade da ação; ação considerada.
- (B) *Se não sou o mais velho dos nossos colegas / estou entre os mais velhos* – ação hipotética; decorrência da ação.
- (C) *Passai a vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais / para que eles os transmitam também aos seus* – ação realizada; conseqüência.
- (D) *Tal obra exige não só a compreensão pública / mas ainda e principalmente a vossa constância* – assertiva; negação da assertiva.
- (E) *Iniciada por um moço, aceita e completada por moços / a Academia nasce com a alma nova e naturalmente ambiciosa* – ações tomadas como causas; conseqüência.

<p>14. <i>Agora que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.</i></p> <p>A fala acima está corretamente reportada da seguinte maneira: Machado de Assis declarou que,</p> <p>(A) na oportunidade em que agradeço vossa escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.</p> <p>(B) na hora que agradecia-lhes a escolha, diria a eles que buscaria na medida do possível corresponder à sua confiança.</p> <p>(C) naquele momento em que lhes agradecia a escolha, lhes dizia que buscaria na medida do possível corresponder à confiança deles.</p> <p>(D) no mesmo exato momento do seu agradecimento pela sua escolha, dir-lhes-ia: na medida do possível buscarei corresponder à sua confiança.</p> <p>(E) certamente, aquela era a hora: de vos agradecer a escolha e de vos dizer que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.</p>	<p>17. Considerada a ocorrência destacada, e sempre a norma padrão da Língua Portuguesa, é correto afirmar:</p> <p>(A) (linha 18) a expressão <i>há de querer</i> exprime futuridade promissiva com idéia de “desejar com intensidade”.</p> <p>(B) (linha 19) o advérbio <i>Já</i> foi empregado com a acepção de “nesse instante”, como se nota em “Já consigo vê-la ao longe”.</p> <p>(C) (linha 19) o pronome <i>suas</i>, em <i>de suas cadeiras</i>, refere-se aos colegas do orador presentes na Academia.</p> <p>(D) (linha 20) o adjetivo <i>preclaros</i> foi empregado como antônimo de “insigne”.</p> <p>(E) (linha 21) a expressão <i>é indício</i> pode ser substituída, com correção, por “é fator à sinalizar”, sem que nenhuma outra alteração seja necessária na frase.</p>
<p>15. <i>Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos.</i></p> <p>A frase que está correta e que mantém o sentido da original é:</p> <p>(A) Levantada a hipótese de não ser eu o mais velho dos nossos colegas, estaria, talvez, entre eles.</p> <p>(B) Não sendo porventura o mais velho dos nossos colegas, certamente me incluo entre os mais velhos.</p> <p>(C) Considero-me eventualmente entre os mais velhos dos nossos colegas, não sendo, quem sabe, o mais velho.</p> <p>(D) Sendo errôneo ser o mais velho entre os nossos colegas, acaso seria considerado um dentre todos.</p> <p>(E) Dado que estou entre os mais velhos, possivelmente posso ser considerado o mais velho dos nossos colegas.</p>	<p>18. Consideradas a ocorrência citada e a norma padrão da Língua Portuguesa, é correto afirmar:</p> <p>(A) (linha 1) Os dois-pontos após o vocativo exemplificam equívoco de quem transcreveu o discurso, pois o desejável seria o uso da vírgula.</p> <p>(B) O emprego concomitante de <i>vossos</i> e <i>nossos</i> exemplifica, no estilo oratório, a licença que o autor se concede para fazer uso do tom informal.</p> <p>(C) (linhas 14 e 15) Na frase <i>Tal obra ... constância</i>, usou-se a correlação entre <i>não só</i> e <i>mas ainda</i> para aproximar os termos a que se atribuiu absoluta igualdade de valor.</p> <p>(D) (linha 16) A frase <i>pela qual esta se modelou</i> pode ser substituída, sem prejuízo do sentido e da correção originais, por “a qual esta quer se equiparar”.</p> <p>(E) (linhas 16 e 17) As expressões <i>às escolas literárias</i> e <i>às transformações civis</i> – diferentemente de <i>de toda a casta</i> – não complementam o sentido de <i>os acontecimentos</i>.</p>
<p>16. <i>Não é preciso definir esta instituição.</i></p> <p>As alternativas apresentam variantes da frase acima que, considerado o contexto, poderiam substituí-la. Em algumas a quebra da ordem sintática está justificada pelo bom estilo adotado. A ÚNICA estruturação que, fugindo às regras gramaticais, não se justifica e, por isso, está INCORRETA é:</p> <p>(A) Esta instituição? Não é preciso que se a defina.</p> <p>(B) Esta instituição que ora inauguramos, não é preciso defini-la.</p> <p>(C) Se definições são necessárias, não a desta instituição.</p> <p>(D) Se necessário for definir, não a esta instituição.</p> <p>(E) Se defina qualquer coisa, não sendo essa instituição.</p>	<p>19. <i>Cabe-vos fazer com que ele perdue. Passai a vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam também aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira.</i></p> <p>Observados o fragmento acima e a norma padrão da Língua Portuguesa, é correto afirmar:</p> <p>(A) A supressão da preposição em <i>fazer com que</i> altera o sentido original e prejudica a correção da frase.</p> <p>(B) Mantendo o tempo e o modo, a forma verbal correspondente a <i>Passai</i>, no singular, é “passe”.</p> <p>(C) A conjunção <i>e</i> (em <i>e a vossa obra</i>) adita duas idéias que expressam a mesma noção de finalidade da ação.</p> <p>(D) Na frase <i>para que eles os transmitam também aos seus</i>, os pronomes destacados remetem a três referentes que não têm relação entre si.</p> <p>(E) O deslocamento do adjetivo <i>iniciais</i>, com as devidas alterações, produz “os iniciais pensamento e vontade”, com prejuízo do sentido original.</p>

20. Considere as assertivas abaixo.

- I. Machado de Assis não explicita, mas deixa subentendida, sua convicção de que a Academia Brasileira de Letras chegava para permanecer.
- II. Machado de Assis parte da pressuposição de que a Academia por si só manifestava sua natureza.
- III. Machado de Assis deixa implícita a idéia de que a ambição é leviandade que deve ser creditada à imaturidade.

O texto abona SOMENTE

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Instruções: As questões de números 21 a 25 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1 *Nos séculos XVIII e XIX e no começo do século XX, os extraordinários acontecimentos que anunciavam a promessa de uma nova sociedade pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social, permitindo aos revolucionários traduzir em programas políticos sua fé na força emancipatória da aliança entre o intelectual educador e o proletário moderno. Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces*

5 *dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária*

10 *podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

(PIOZZI, Patrizia. **Os arquitetos da ordem anárquica:** de Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 213.)

21. No primeiro período do texto, referindo-se aos séculos XVIII, XIX e ao começo do século XX, a autora

- (A) manifesta sua compreensão de que episódios antecipadores de novas ordens sociais derivam necessariamente de um entendimento dicotômico do mundo – os bons, defensores da liberdade, e os maus, seus inimigos.
- (B) desenvolve a idéia de que visões do mundo que implicam divisões rígidas entre defensores e inimigos da liberdade conduzem a projetos que convencem mais pela crença do que pelo exercício da razão.
- (C) assinala que os programas políticos dos revolucionários, que expressam a convicção de que a união entre o intelectual educador e o proletário moderno constitui um vetor de libertação, circularam em contexto que dava a impressão de supor o mundo dividido em dois blocos.
- (D) defende a idéia de que a visão do mundo como tensão entre forças opostas – a dos defensores e a dos inimigos da liberdade – é concepção desvirtuada, produzida pela proximidade de acontecimentos extraordinários que anteciparam novos rumos para a sociedade.
- (E) denuncia a irresponsabilidade de uma visão de mundo maniqueísta (de um lado os defensores da liberdade, de outro, seus inimigos), que, por sua inoperância, provoca a promessa de mundos mais justos, em que intelectuais e proletários formem uma aliança digna.

22. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas, detectando um problema central para aqueles que ainda hoje procuram vincular a utopia à lógica dos fatos: até que ponto a busca intelectual do verdadeiro e a ação solidária podem se ampliar e ter efetividade em um universo impregnado – e decodificado – pela cultura do individualismo e da competição.*

Observado o período acima e o contexto, é correto afirmar que

- (A) o emprego de *já* denota anterioridade da ação de “diagnosticar” em relação à ação de “atentar”.
- (B) a frase articulada em torno de *detectando* tem caráter hipotético.
- (C) a expressão *ainda hoje* contribui para exprimir a idéia de anacronismo.
- (D) as expressões *a busca intelectual do verdadeiro* e *a ação solidária* correspondem, respectivamente, a *utopia* e *lógica dos fatos*.
- (E) os dois-pontos poderiam dar lugar, sem comprometimento da correção e do sentido originais, à formulação destacada em: “... a lógica dos fatos, a **saber**, até que ponto...”.

23. *Contudo, seu diagnóstico da realidade, embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé, já atentava para as novas formas de manipulação e domínio emersas das próprias revoluções democráticas...*

No fragmento acima, sempre considerado o contexto,

- (A) *Contudo* tem o mesmo valor que a expressão destacada em “Ele não veio, **ainda assim** foi-lhe feita a homenagem programada”.
- (B) o emprego de *próprias* fortalece o seguinte entendimento: não seria de se esperar que novas formas de manipulação e domínio adviessem das revoluções democráticas.
- (C) se a frase *embora não chegasse a abalar os alicerces dessa fé* for substituída por “se, por acaso, não abalasse os alicerces dessa fé”, o sentido original ficará mantido.
- (D) *seu* remete a *proletário moderno*, termo da oração imediatamente anterior.
- (E) *emersas*, considerada em relação à palavra “imersas”, pode servir de exemplo de palavra homônima homófona e homógrafa.

24. Passagens foram pontuadas de maneira distinta daquela encontrada no texto. O segmento alterado, indicado entre reticências, que está pontuado conforme a gramática normativa e que mantém o sentido original, é:

- (A) (linhas 2 e 3) ... *acontecimentos, que anunciavam a promessa de uma nova sociedade,...*
- (B) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores, e os inimigos da liberdade, e do progresso social...*
- (C) (linhas 3 a 5) ... *pareciam dividir nitidamente: o mundo entre os defensores; e os inimigos da liberdade e do progresso social...*
- (D) (linha 6) ... *traduzir, em programas políticos, sua fé...*
- (E) (linhas 7 e 8) ... *força emancipatória da aliança, entre o intelectual educador, e, o proletário moderno...*

25. Transpondo a frase *os extraordinários acontecimentos pareciam dividir nitidamente o mundo entre os defensores e os inimigos da liberdade e do progresso social* para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:

- (A) parecia ser dividido.
- (B) pareciam ter sido divididos.
- (C) tinha sido dividido.
- (D) tinha parecido dividir.
- (E) pareciam dividirem.

26. Muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar instância particular /instância comum. O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência do seu papel. Às vezes, seus interesses pessoais podem correr o risco de prejuízo. Mas ele tem de ser um mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito institucional em que se dão as decisões; estas afetam o conjunto das pessoas.

O discurso acima está lógica, clara e corretamente organizado num único período assim:

- (A) Muitos são os exemplos que elucidam a dificuldade de se harmonizar a instância particular com a comum, a exigir a tomada de consciência do homem que milita na esfera política acerca da necessidade de sua atuação como mediador entre os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que se tomam decisões para o conjunto da sociedade, ainda que, em certas circunstâncias, seus interesses pessoais possam correr o risco de ser prejudicados.
- (B) Visto que muitos exemplos elucidam como é difícil harmonizar a instância particular e a comum, o homem militante está na hora de tomar consciência do seu papel político, quando corre o risco, às vezes, de ter interesses pessoais prejudicados, mas deve ser o mediador entre os anseios das diferentes camadas da sociedade e o âmbito em que as decisões coletivas são tomadas, que afetam a todos.
- (C) O homem que milita na esfera política está na hora de tomar consciência – considerado que muitos exemplos elucidam que é difícil harmonizar entre si as instâncias particular e a comum: seu papel é daquele que media os anseios das distintas camadas sociais e o âmbito institucional em que as decisões são tomadas, vindo a afetar o conjunto das pessoas e, porventura, o seu próprio interesse pessoal.
- (D) É difícil, e há exemplos disso, de que o particular e o comum raramente se harmonizam, mas, mesmo correndo riscos de ter interesses pessoais prejudicados, o homem que milita na esfera política tem de conscientizar de que seu papel é mediar interesses entre os anseios das distintas camadas da sociedade com o âmbito institucional em que as decisões em plano de nação são tomadas.
- (E) Muitas vezes o homem que milita na esfera política conhece a dificuldade de harmonizar a instância particular e a comum, e muitos exemplos há disso, mas é chegada a hora de se tomar consciência do papel do político como mediador dos anseios das diferentes camadas da sociedade frente às instituições em cujo o âmbito tomam-se decisões que afetam toda a sociedade e talvez os interesses pessoais dele.

<p>27. A frase que está clara e totalmente conforme a norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) Estar atento é o dever da humanidade, no sentido de que o descuido com a liberdade pessoal e coletiva não volte a existir e para que sistemas de organização não pareçam como uma receita para os povos.</p> <p>(B) Naquele curso, os preparadores se comportavam estabelecendo regras que, se forem seguidas, a pessoa se tornaria um bom profissional, modelo mesmo de atuação bem sucedida.</p> <p>(C) Sendo um dos mais preparados, se não o mais competente, começou dizendo que cada um dos que ali estavam tinha condições de chegar aonde quisesse, e que as metas pessoais poderiam ser manifestadas dali a pouco.</p> <p>(D) Em certos depoimentos é mostrado o como um cidadão não deve agir, e a análise entre um comportamento adequado e um considerado pouco eficaz deixa claro o que é melhor.</p> <p>(E) Apesar do homem não entender o motivo da presença do delegado, observou que ele nada notou nas pessoas ali presentes que pudessem levantar suspeitas.</p>	<p>29. A frase em que a concordância está totalmente conforme as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) A legalidade e a pertinência dos contratos, pelo menos agora, não é mesmo aferível, dado que no campo das relações lusas-latino-americanas deve haver muitos acordos sem registro.</p> <p>(B) Os diretores houveram por bem antecipar o anúncio das novas diretrizes, que deveriam passar a ser respeitadas imediatamente em quaisquer que fossem as áreas.</p> <p>(C) Foi irresistível a idéia, naquela ocasião, de se estipularem quais as ações solidárias mais úteis do ano e concluiu-se que não existe condições de acordo nesse particular.</p> <p>(D) É possível que surja, e não existem pessoas que defendam o contrário, opiniões divergentes de especialistas renomados, e devemos considerá-las com todo respeito.</p> <p>(E) Os alicerces teóricos do modelo em estudo pode ser encontrado em várias obras, de vários escritores, inclusive na de um chinês, já encontrada em língua portuguesa.</p>
<p>28. A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:</p> <p>(A) Ao se estender esse vizez interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.</p> <p>(B) Sua pretenção ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.</p> <p>(C) Tomou como ultrage a displicência com que foi recebido, advinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.</p> <p>(D) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizem no assunto para não passar por néscio.</p> <p>(E) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por alí.</p>	<p>30. Considerada a norma padrão da Língua Portuguesa, a frase que está totalmente correta é:</p> <p>(A) Não sei porque o uso dos porquês constitui entraves, visto que a grande maioria das gramáticas normativas contém explicações detalhadas sobre o assunto.</p> <p>(B) Vemos que a percepção de Vossa Senhoria vem de encontro à nossa, Senhor Ministro, e que também considera triste todas as situações relatadas, motivo por que reiteramos que pode contar com nós todos para enfrentar o desafio.</p> <p>(C) Visitam muitas comunidades as quais o passado é padrão para o presente e, nelas, se qualquer inovação contradizer os costumes instituídos há gerações, será imediatamente elidida.</p> <p>(D) A questão com que os estudiosos não souberam lidar tem a ver com a impressão que causaram nos habitantes da mata: a de que vinham para instruí-los a como viver bem.</p> <p>(E) A produção daquele grupo de nativos é 2 vezes superior da que se realiza pelos que vêm de fora e, se não advirem, por interferência dos mal-informados, restrições ao modo primitivo de tratar as fibras, essa proporção pode aumentar.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Sobre a responsabilidade civil do Estado, está correto APENAS o que se afirma em:
- (A) A indenização por qualquer prejuízo causado a terceiros, em razão da teoria da responsabilidade objetiva do Estado, é obrigatória e impede que se alegue excludentes.
 - (B) A responsabilização do Estado independe se o agente público agiu no exercício de suas funções.
 - (C) O Estado não será responsável pela reparação do dano, quando este decorrer exclusivamente de força maior.
 - (D) A Administração Pública somente responderá pelo dano, se o servidor culpado, uma vez executado e condenado, não tiver meios para arcar com a indenização.
 - (E) A Administração Pública somente responderá pela reparação do dano se ficar comprovado o dolo ou a culpa do servidor.

32. A respeito da revogação e invalidação do ato administrativo, considere:
- I. O ato administrativo que contém vício de legalidade poderá ser anulado pela Administração Pública, desde que haja presente interesse público.
 - II. Cabe à Administração Pública revogar ato administrativo, com retroação dos efeitos *ex-nunc*.
 - III. A legalidade é o único aspecto a ser controlado pelo Poder Judiciário ao apreciar ato administrativo.
 - IV. Compete também ao Judiciário a anulação do ato administrativo, com retroação dos efeitos *ex-tunc*.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

33. Tendo em vista a Lei de Licitação nº 8.666/93, considere:
- I. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - II. Concorrência pública é a modalidade de licitação realizada entre interessados previamente registrados.
 - III. Nos casos em que a modalidade de licitação cabível seja convite, é vedado à administração utilizar a tomada de preços.
 - IV. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, podendo ser permitida a cotação do preço em moeda estrangeira nas concorrências de âmbito internacional realizadas no Brasil.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

34. Considere as seguintes assertivas a respeito da remoção e da redistribuição de servidor público:
- I. A redistribuição ocorrerá *ex officio* para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, exceto nos casos de extinção ou criação de órgão ou entidade.
 - II. O servidor poderá requerer a sua remoção, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde de seu cônjuge, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - III. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - IV. Nos casos de reorganização de órgão, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão, o servidor estável que não for redistribuído será exonerado *ex officio*.

De acordo com a Lei nº 8.112/90 está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

35. Jonas e Daniel são servidores públicos estáveis que exercem suas atividades no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Jonas ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato e Daniel recusou fé a documentos públicos. Considerando que ambos os servidores não registram punições anteriores e são excelentes funcionários, de acordo com a Lei nº 8.112/90, em regra, Jonas e Daniel estão sujeitos a penalidade disciplinar de
- (A) advertência escrita.
 - (B) advertência verbal.
 - (C) suspensão e advertência escrita, respectivamente.
 - (D) advertência escrita e suspensão, respectivamente.
 - (E) advertência verbal e suspensão, respectivamente.

36. Nos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, os administrados têm o seguinte direito, dentre outros, perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados,
- (A) apresentar documentos, antes ou após a decisão, mas facultativa a consideração deles pelo órgão público.
 - (B) fazer-se assistir, obrigatoriamente, e em qualquer hipótese, por advogado.
 - (C) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado e ter vista dos autos.
 - (D) obter cópias de quaisquer documentos e conhecer as decisões, desde que assistido por advogado.
 - (E) formular alegações em qualquer fase processual, mesmo sem a condição de titular do direito ou interessado.

37. No próximo pleito eleitoral, Paulo pretende concorrer ao cargo de Senador. Pedro, por sua vez, pretende concorrer ao cargo de Vice-Presidente da República. Paulo e Pedro, preenchidas as demais exigências legais, deverão possuir, necessariamente, no mínimo,

(A) 21 e 30 anos de idade, respectivamente.
 (B) 21 e 35 anos de idade, respectivamente.
 (C) 30 e 35 anos de idade, respectivamente.
 (D) 30 anos de idade.
 (E) 35 anos de idade.

38. Considere as seguintes afirmativas sobre os direitos e deveres individuais e coletivos:

I. A criação de cooperativas, na forma da lei, depende de autorização do Poder Público, que poderá fiscalizar o seu funcionamento.
 II. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 III. Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou de aviso prévio à autoridade competente.
 IV. A dissolução compulsória de associações depende de decisão judicial transitada em julgado.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.
 (B) I, II e IV.
 (C) I e III.
 (D) II, III e IV.
 (E) II e IV.

39. Em relação à Emenda à Constituição, é correto que

(A) poderá ter como objeto, dentre outros, a abolição da forma federativa de Estado.
 (B) será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
 (C) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 (D) será discutida e votada somente no Senado Federal, em turno único e aprovada por um quarto dos respectivos membros.
 (E) poderá ser emendada a Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa e de estado de sítio.

40. Quanto ao Presidente e ao Vice Presidente, considere:

I. A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
 II. Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver a maioria simples de votos, computados os em branco e os nulos.
 III. Vagando os cargos de Presidente e Vice Presidente nos dois últimos anos do período presidencial, a eleição será feita pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
 IV. Se antes do segundo turno, ocorrer desistência de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação e em caso de empate, o mais idoso.
 V. Em caso de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça e o do Congresso Nacional.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, III e IV.
 (B) I e III.
 (C) I e V.
 (D) II, III e V.
 (E) II e IV.

41. O Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional, nº 45, de 08/12/2004,

(A) é integrado por membros indicados pelo Presidente da República e nomeados pelo Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha por um terço de seus integrantes.
 (B) será presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 (C) compõe-se de onze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.
 (D) tem como atribuição, dentre outras, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
 (E) escolherá o seu Corregedor-Geral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

42. Paulo é equatoriano, domiciliado no Peru e casou-se, no Uruguai, com Maria, Argentina, domiciliada no Uruguai. Logo após a celebração do matrimônio, fixaram domicílio no Brasil. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, o regime de bens entre os cônjuges obedecerá a lei

(A) equatoriana.
 (B) brasileira.
 (C) peruana.
 (D) argentina.
 (E) uruguaia.

<p>43. Consideram-se bens imóveis</p> <p>(A) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.</p> <p>(B) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.</p> <p>(C) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reintegrarem.</p> <p>(D) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.</p> <p>(E) as energias que tenham valor econômico.</p>	<p>47. O Código de Processo Civil estabelece hipóteses de suspensão e impedimento. Dentre outras situações, está impedido de atuar no processo o perito que</p> <p>(A) tiver interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes.</p> <p>(B) for inimigo capital de qualquer das partes.</p> <p>(C) for credor de qualquer das partes.</p> <p>(D) for parente afim, na linha colateral, em segundo grau, do advogado de qualquer das partes.</p> <p>(E) for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.</p>
<p>44. Prescreve em quatro anos a pretensão</p> <p>(A) do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.</p> <p>(B) relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.</p> <p>(C) de ressarcimento de enriquecimento sem causa.</p> <p>(D) relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.</p> <p>(E) para reaver prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.</p>	<p>48. Conceder-se-á <i>habeas data</i> para</p> <p>(A) anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.</p> <p>(B) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.</p> <p>(C) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.</p> <p>(D) proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico.</p> <p>(E) reparar lesões à ordem econômica, urbanística e à economia popular, bem como a qualquer interesse difuso ou coletivo.</p>
<p>45. A respeito das obrigações de dar, considere:</p> <p>I. Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.</p> <p>II. Se a obrigação for de restituir coisa certa e sobrevier melhoramento ou acréscimo à coisa, sem despesa ou trabalho do devedor, lucrará o credor, desde que indenize o devedor.</p> <p>III. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertencerá ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>49. Quem, não sendo parte no processo, sofrer esbulho na posse de seus bens, por ato de apreensão judicial em caso de penhora, poderá ajuizar</p> <p>(A) ação de consignação em pagamento.</p> <p>(B) ação de reintegração de posse.</p> <p>(C) ação de manutenção de posse.</p> <p>(D) interdito proibitório.</p> <p>(E) embargos de terceiro.</p>
<p>46. A respeito da posse e da propriedade, é correto afirmar:</p> <p>(A) só se considera possuidor aquele que tem de fato o exercício pleno de todos os poderes inerentes à propriedade.</p> <p>(B) são defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.</p> <p>(C) a posse direta de quem tem a coisa temporariamente, em virtude de direito pessoal ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.</p> <p>(D) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais existentes no subsolo.</p> <p>(E) em razão das finalidades econômicas e sociais da propriedade, esta não se presume nem plena, nem exclusiva.</p>	<p>50. A respeito das partes e dos procuradores, é correto afirmar que a sentença</p> <p>(A) fixará os honorários advocatícios de acordo com o trabalho realizado pelo advogado, sem considerar a natureza e a importância da causa e o tempo exigido para o seu serviço.</p> <p>(B) não condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios nas causas em que não houver condenação.</p> <p>(C) não condenará o vencido ao pagamento de despesas com diária de testemunha e remuneração do assistente técnico do vencedor.</p> <p>(D) condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios mesmo se o vencedor estiver advogando em causa própria.</p> <p>(E) não condenará o vencido ao pagamento de honorários advocatícios se não houver pedido expresso do vencedor nesse sentido.</p>

<p>51. No que concerne à comunicação dos atos processuais, a respeito das cartas, considere:</p> <p>I. A carta precatória tem caráter itinerante, sendo que, antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.</p> <p>II. A carta de ordem será remetida à autoridade judiciária estrangeira, via diplomática, depois de traduzida para a língua do país em que há de praticar-se o ato.</p> <p>III. Quando o objeto da carta precatória for exame pericial sobre documento, será remetida cópia autenticada deste, ficando nos autos o original.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.</p>	<p>55. Funcionário público encarregado do Centro de Processamento de Dados – CPD modifica o sistema de informações do órgão sem autorização ou solicitação da autoridade competente. Assim agindo, ele</p> <p>(A) não comete crime porque é encarregado do CPD. (B) comete crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações. (C) comete crime de abuso de autoridade. (D) comete crime de adulteração de dados digitados. (E) comete crime de inserção de dados falsos em sistema de informação.</p>
<p>52. A citação poderá ser feita pelo correio</p> <p>(A) se for ré pessoa incapaz. (B) se o réu residir em outra Comarca. (C) se for ré pessoa jurídica de direito público. (D) no processo de execução. (E) nas ações de estado.</p>	<p>56. O reingresso no território nacional de estrangeiro expulso do País, sem autorização de autoridade competente e sem que tenha sido revogada a expulsão</p> <p>(A) não caracteriza crime definido no Código Penal se a expulsão foi injusta. (B) não caracteriza crime, estando o agente sujeito apenas a nova expulsão. (C) não caracteriza crime definido no Código Penal e o agente só está sujeito a nova expulsão se cometer delito apenado com reclusão. (D) caracteriza crime definido no Código Penal e sujeita o agente apenas a nova expulsão após o término do processo. (E) caracteriza crime definido no Código Penal, estando o agente sujeito a pena privativa de liberdade sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.</p>
<p>53. Sobre o prazo para internação na hipótese de imposição de medida de segurança, considere:</p> <p>I. Será indeterminado, perdurando até a cessação da periculosidade.</p> <p>II. Será o mesmo da pena que seria imposta se o réu fosse imputável.</p> <p>III. Deverá ser de no mínimo de 01 (um) a 03 (três) anos.</p> <p>IV. Será no máximo o prazo previsto para a pena privativa de liberdade para o crime praticado.</p> <p>V. Será fixado no máximo o prazo da prescrição em abstrato.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) II, III e V. (D) II e V. (E) IV e V.</p>	<p>57. “A” mantém em cativeiro, na sua casa, sem permissão, licença ou autorização da autoridade competente, oriundos de criadouro NÃO autorizado, dois espécimes de ave ameaçada de extinção apenas na região onde reside. Ele</p> <p>(A) não pratica nenhum crime porque são aves nascidas em criadouros e não apreendidas no ambiente em que vivem. (B) não pratica nenhum crime porque são apenas dois espécimes. (C) não pratica nenhum crime porque as aves estão bem tratadas. (D) pratica crime ambiental com pena agravada porque a espécie está ameaçada de extinção. (E) pratica crime ambiental simples, porque a espécie está ameaçada de extinção apenas na região onde ocorreram os fatos.</p>
<p>54. Sobre a prescrição, como causa extintiva da punibilidade, é correto afirmar-se que</p> <p>(A) as penas restritivas de direitos prescrevem na metade dos prazos previstos para a prescrição das penas privativas de liberdade. (B) verifica-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a seis. (C) as penas restritivas de direitos prescrevem nos mesmos prazos previstos para a prescrição das penas privativas de liberdade. (D) a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena em abstrato. (E) a prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que transitar em julgado a sentença para o réu.</p>	<p>58. A Autoridade Policial somente poderá conceder fiança nos casos de</p> <p>(A) infração punida com detenção ou prisão simples. (B) réu menor de vinte e um anos. (C) prisão em flagrante por tráfico de maconha. (D) prisão em flagrante se o pai ou a mãe do preso comparecer à Delegacia. (E) contravenção penal.</p>

<p>59. Expedida carta precatória para citação do réu, se ele estiver em território sujeito a outro juiz que não o deprecado, este</p> <p>(A) devolverá os autos da precatória ao juízo deprecante com a informação sobre o paradeiro do réu, mesmo que haja tempo para fazer a citação.</p> <p>(B) remeterá os autos para o juiz da comarca onde se encontra o réu, para que seja efetivada a diligência, desde que haja tempo para fazer a citação.</p> <p>(C) mandará o oficial de justiça cumprir a precatória na comarca onde o réu se encontra.</p> <p>(D) expedirá ofício ao juízo deprecante solicitando adiamento da precatória com o novo endereço do réu.</p> <p>(E) expedirá ofício ao juízo deprecante comunicando a circunstância e aguardará resposta com as providências que deva tomar.</p>	<p>63. Em matéria de princípios gerais e das limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O princípio da não-cumulatividade não é geral, sendo aplicado apenas nos impostos sobre produtos industrializados (IPI), circulação de mercadoria (ICMS) e nos eventuais criados pela União, na sua competência residual.</p> <p>(B) Não é necessário que o tributo da União seja igual em todo o território nacional, com distinção entre Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>(C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, vedadas as taxas.</p> <p>(D) Os subsídios, isenções, anistia ou remissão relativos aos tributos podem ser concedidos pelo Chefe do Executivo, a seu critério, por decreto, se houver interesse público.</p> <p>(E) A União poderá tributar a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.</p>
<p>60. A intimação do defensor nomeado, para qualquer ato do processo, será</p> <p>(A) por mandado, ou por via postal com comprovante de recebimento, ou por telegrama, ou por e-mail, ou por telefone, se na comarca não houver órgão incumbido de publicação oficial.</p> <p>(B) por publicação no órgão incumbido das publicações oficiais da comarca.</p> <p>(C) somente por carta registrada com aviso de recebimento (AR), se na comarca não houver órgão incumbido de publicação oficial.</p> <p>(D) pessoal.</p> <p>(E) preferencialmente por publicação em órgão oficial ou, por qualquer meio idôneo, se na comarca não existir órgão incumbido de publicação oficial.</p>	<p>64. No que tange ao sujeito passivo da obrigação tributária é correto afirmar que</p> <p>(A) a capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, ou da regularidade da constituição das pessoas jurídicas.</p> <p>(B) na substituição a obrigação constitui-se inicialmente em relação ao contribuinte, comunicando-se depois, porém, para o responsável, podendo ocorrer por subsidiariedade.</p> <p>(C) na transferência a obrigação constitui-se desde logo em relação a uma pessoa, ou responsável, ficando de fora aquele que seria o contribuinte.</p> <p>(D) o sujeito passivo da obrigação acessória, como a prestação de informações, ou a manutenção de papéis, é a pessoa obrigada às prestações.</p> <p>(E) as cláusulas contratuais convencionadas pelas partes sempre alteram a responsabilidade tributária, ficando o fisco obrigado a aceitá-las em quaisquer hipóteses.</p>
<p>61. A prisão temporária requerida em inquérito policial que apura crime de tortura, pode ser decretada por até</p> <p>(A) cinco dias, prorrogáveis por igual período.</p> <p>(B) dez dias, prorrogáveis por igual período.</p> <p>(C) quinze dias, vedada a prorrogação.</p> <p>(D) trinta dias, vedada a prorrogação.</p> <p>(E) trinta dias, prorrogáveis por igual período.</p>	<p>65. Pertencem aos Municípios, dentre outros, o produto da arrecadação dos seguintes impostos: imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território; imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, respectivamente, na seguinte proporção:</p> <p>(A) vinte e cinco por cento; e cinquenta por cento.</p> <p>(B) trinta e cinco por cento; e quarenta e cinco por cento.</p> <p>(C) quarenta e sete por cento; e vinte e três por cento.</p> <p>(D) cinquenta por cento; e trinta e cinco por cento.</p> <p>(E) cinquenta por cento; e vinte e cinco por cento.</p>
<p>62. É correto afirmar que, das decisões proferidas em <i>habeas corpus</i>, observada a natureza da decisão, cabem os recursos</p> <p>(A) de apelação, ordinário, extraordinário, de agravo e de embargos de nulidade.</p> <p>(B) em sentido estrito, de apelação, de ofício, extraordinário e de embargos infringentes.</p> <p>(C) em sentido estrito; de ofício, ordinário, especial e extraordinário.</p> <p>(D) de ofício, especial, de embargos infringentes e de embargos de nulidade.</p> <p>(E) em sentido estrito; de apelação, ordinário, especial e de agravo</p>	

<p>66. Tendo em vista o crédito tributário considere:</p> <p>I. Conversão de depósito em renda.</p> <p>II. Depósito de seu montante integral.</p> <p>III. Concessão de medida liminar em mandado de segurança.</p> <p>IV. Transação e a remissão.</p> <p>V. Isenção.</p> <p>VI. Dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.</p> <p>Diante disso, observa-se que são modalidades de extinção do crédito tributário, APENAS as hipóteses indicadas em</p> <p>(A) I, IV e VI.</p> <p>(B) II, IV e V.</p> <p>(C) III, V e VI.</p> <p>(D) I, II, IV e V.</p> <p>(E) I, II, III e VI.</p>	<p>69. Considere as seguintes assertivas a respeito do auxílio-doença:</p> <p>I. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.</p> <p>II. Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de trinta dias, o auxílio-doença será devido após quinze dias contados da data da entrada do requerimento.</p> <p>III. Em regra, o auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a noventa e um por cento do salário-de-benefício.</p> <p>IV. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada, em regra, não ficará obrigada a pagá-lo durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>67. A receita da seguridade social não está adstrita a trabalhadores, empregadores e Poder Público. Essa assertiva relacionada a receita da seguridade social está baseada, especificamente, ao princípio da</p> <p>(A) natureza democrática e descentralizada da administração.</p> <p>(B) diversidade da base de financiamento.</p> <p>(C) universalidade da cobertura e do atendimento.</p> <p>(D) equidade na forma de participação no custeio.</p> <p>(E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.</p>	
<p>68. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de</p> <p>(A) cento e vinte dias se a criança tiver entre um e quatro anos de idade.</p> <p>(B) noventa dias, se a criança tiver até um ano de idade.</p> <p>(C) noventa dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade.</p> <p>(D) sessenta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.</p> <p>(E) trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.</p>	<p>70. Dentre outros, é segurado da Previdência Social na categoria de contribuinte individual,</p> <p>(A) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.</p> <p>(B) aquele que presta serviço de natureza urbana à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.</p> <p>(C) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente.</p> <p>(D) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.</p> <p>(E) o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluindo suas autarquias e fundações, ocupantes de cargo ou função pública.</p>

